

**PROJETO – GRUPO DE
PESQUISA
DIREITO E SEXUALIDADE**

PROJETO – GRUPO DE PESQUISA

1. DEFINIÇÃO DO TEMA

O direito é uma ciência dinâmica e que, em decorrência das constantes mudanças sociais, merece uma contínua atenção às novidades que rotineiramente vem a fazer parte do nosso mundo e que se mostram pertinentes em face do ordenamento jurídico posto.

Inevitável lembrar que a legislação não tem condições de acompanhar as mudanças constantes da sociedade, razão pela qual é cada vez mais importante a compreensão do sistema como um todo a fim de garantir ao operador do direito plenas condições de ser mais do que um mero espectador para se tornar efetivamente parte integrante do mundo jurídico.

Questões atuais, permeadas de forte relevância social, não encontram respaldo expresso no texto legal, fazendo com que surja a necessidade de se interpretar o ordenamento jurídico vigente e aplicar as técnicas de suprimento de lacuna legislativa a fim de que seja possível o exercício pleno da jurisdição.

No âmbito do direito civil, inúmeras questões atuais acabam por gerar questionamentos, como aquelas relacionadas ao biodireito, sexualidade e internet, por exemplo, que carecem de legislação mas se mostram plenamente inseridas na realidade da sociedade brasileira, razão pela qual não podem ser relegadas a um segundo plano, merecendo a total atenção dos profissionais da área jurídica.

Especificamente a sexualidade é elemento essencial da existência humana, podendo ser entendida como parte integrante dos direitos da personalidade vez que inerente à concepção de ser humano.

As questões vinculadas à sexualidade podem perpassar por várias searas do direito, conferindo uma grande amplitude para os estudos a serem desenvolvidos no bojo do presente grupo de pesquisa.

A concepção da sexualidade passa pela apreciação de alguns conceitos distintos. O grupo de pesquisa “Direito e sexualidade” destina a sua atuação na

apreciação das questões jurídicas que tangenciem aspectos relacionados aos elementos sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

Preponderante, portanto, que se estabeleça uma frente de desenvolvimento de estudo e pesquisa relacionada ao tema, a fim de colocar a atividade acadêmica no caminho da efetivação dos interesses de uma sociedade cada vez atenta aos preceitos elementares da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

2. OBJETIVOS

a. Objetivos Gerais

O escopo do presente grupo é estabelecer as relações existentes entre preceitos jurídicos e aspectos da sexualidade, aferindo os pontos em que se estabelecem situações de distinções indevidas em decorrência de elementos atrelados à sexualidade.

a. Objetivos Específicos

No que se refere aos objetivos específicos, há o efetivo propósito de localizar pontos e questões nas quais as distinções decorrentes da sexualidade (sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero) se efetivam nas relações jurídicas.

3. JUSTIFICATIVA

Ante a velocidade das mudanças sociais é preponderante que a comunidade acadêmica caminhe no sentido de compreender esta nova realidade e consiga se posicionar de maneira firme com relação a tais fatos,

fundando-se na mais perfeita técnica jurídica, com a devida atenção aos princípios vigentes.

Aplicar os parâmetros jurídicos corretos é o melhor meio de garantir que a sociedade estará respaldada quando da apresentação de qualquer problema vinculado a estas novas situações de fato, razão pela qual se pugna pela extrema relevância do desenvolvimento de um trabalho desta natureza.

A existência de discrepâncias no tratamento legal conferido às pessoas em decorrência de elementos vinculados a sexualidade merece atenção e estudo a fim de se levantar as reais causas desse fenômeno e buscar meios para se equacionar tais situações.

4. METODOLOGIA E CRONOGRAMA DE TRABALHO

Com o presente projeto propõe-se um estudo relacionado aos direitos fundamentais, direitos humanos, direitos da personalidade para uma perfeita compreensão da natureza humana e sua interação social.

Para construir uma opinião acerca do tema proposto, é necessário que o material obtido mediante consulta à legislação, à doutrina e à jurisprudência, bem como estudos relacionados ao tema, seja reunido e organizado de forma que permita uma compreensão adequada do panorama social existente.

Será realizada, portanto, uma análise sistemática e crítica de todos os aspectos que envolvem o tema, por meio do método dialético.

Consoante planejado, a confecção do trabalho se desenvolverá em cinco etapas, quais sejam: levantamento de material bibliográfico; leitura e fichamento de textos; análise e redação de textos; revisão e fechamento do trabalho.

As atividades serão desenvolvidas quinzenalmente, com a exposição de temas atuais gerais para os participantes e cada qual podendo desenvolver trabalhos individualizados.

Ao final do período de trabalho haverá a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores, bem como a indicação dos melhores trabalhos para a submissão em congressos e publicação em revistas técnicas.

Como o tema é passível de uma apreciação segundo uma inesgotável gama de vertentes e preceitos, será desenvolvido semestralmente, inicialmente por um período de 5 anos, atendendo, a cada semestre, ao seguinte cronograma:

Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Coleta e análise de dados	Coleta e análise de dados	Coleta e análise de dados	Coleta e análise de dados	Redação de artigos	Redação e apresentação de artigos

5. BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2007.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 2004.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. *Identidade e redesignação de gênero: Aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

_____. *Identidade de gênero e a responsabilidade civil do Estado pela leniência legislativa*. Revista dos Tribunais RT 962, dez/2015, p. 37 – 52

_____. Breves considerações sobre a relação entre o direito de família e os direitos humanos, *Direitos Humanos - Um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Suprema Cultura, 2009. p. 85 - 98.

_____. A união homossexual ou homoafetiva e o atual posicionamento do STF sobre o tema (ADI 4277), *Revista o Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo* – v. 8. São Bernardo do Campo: Metodista. 2010.

_____. Identidade de gênero e a licitude dos atos redesignatórios, *Revista o Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo* – v. 10. São Bernardo do Campo: Metodista. 2013.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. DOMINGOS, Terezinha de Oliveira. A nova perspectiva da adoção nacional e o capitalismo humanista, *Revista o Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo* – v. 10. São Bernardo do Campo: Metodista. 2012.

_____. Reprodução humana assistida: a resolução 2013/13 do Conselho Federal de Medicina (CFM), *Revista de Direito Brasileiro*, ano 3, vol. 6. Set./Dez. 2013.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. RIOS, Vinícius Custódio. *Mercado transgênero e a dignidade da pessoa humana sob a perspectiva do capitalismo humanista*. Revista dos Tribunais RT 972, out/2016, p. 165 – 184.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 17. ed. São Paulo: Saraiva. 2005

_____. *O estado atual do biodireito*. 8ª ed. rev. aum. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9. ed. rev. atual. 2 tir. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas. 2013.